

Ulysses dá mais 20 dias, mas adverte Comissão

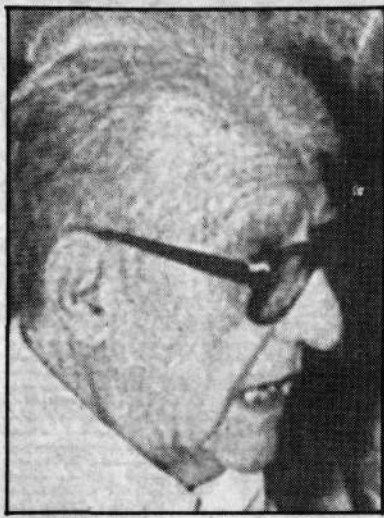
BRÁSILIA — Com a exigência de que sejam feitas sessões normais aos sábados, domingos e feriados, a fim de concluir os trabalhos o mais rápido possível, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, autorizou ontem a prorrogação por 20 dias do prazo de votação da Comissão de Sistematização. Com este novo calendário, a votação na Comissão terminará no dia 28 e a no plenário começará a 5 de novembro.



Ulysses anuncia prorrogação do prazo dos trabalhos

Apesar de ser contrário a dilatação dos prazos, Ulysses acolheu o pedido do Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), não sem ressalva: "...somente cabendo aviso prévio à autoridade quando a reunião possa prejudicar o fluxo normal de pessoas ou veículos."

Ulysses espera recuperar o prazo concedido à Comissão quando o texto for submetido à votação do plenário. Ele continua a esperar que a Carta seja promulgada ainda este ano. Observou que muitas questões importantes para o País, como a renegociação da dívida externa, dependem da conclusão do novo texto constitucional. Na sua avaliação, a Comissão deverá votar 17 artigos por dia (embora, em dez dias de votação, só tenha deliberado sobre cinco artigos) para que os 335 artigos do substitutivo do Relator Bernardo Cabral sejam examinados até o fim do prazo.



Pedido de Arinos foi de 30 dias

Para tornar ainda mais rápida a votação do novo texto, Ulysses anunciou que o painel eletrônico começará a ser usado no começo da próxima semana.

Para apressar o processo, os partidos estão discutindo a ideia de, a partir da próxima semana, começar a votação no plenário dos artigos já aprovados, simultaneamente à da Comissão. O plenário usaria parte do dia e a Comissão, a outra.

Numa reunião com apenas dois integrantes da Mesa da Constituinte — os Deputados Jorge Arbage (PDS-PA) e Benedita da Silva (PT-RJ) —, Ulysses observou, em nota à Comissão, que "num mesmo dia podem ser realizadas várias sessões ou haver sucessivas prorrogações de uma mesma sessão".

"A dilatação de prazos ora concedida" — diz o Presidente da Constituinte, na nota — "é o reconhecimento do esforço e da qualidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão de Sistematização. A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte está convicta de que interpreta a consciência de que estão possuídos seus dignos integrantes de que a dedicação plena e o emprego

contínuo de todas as suas energias devem ser mobilizados para que a Nação tenha, sem delongas imperdoáveis, as definições essenciais para a normalidade de sua vida institucional, econômica e social, com a promulgação da nova Constituição. Está convicta, outrossim, de que o tempo ora deferido à Comissão de Sistematização será recuperado com votação mais breve no plenário da Assembleia Nacional Constituinte".

Os novos prazos concedidos por Ulysses são: dia 28, término do prazo da Comissão, com a aprovação da redação final; dia 29, impressão do avulso; dia 30, distribuição dos avulsos; dias 31 e 1 de novembro, apresentação de destaques; dias 2, 3 e 4, classificação dos destaques para a votação em plenário; dia 5, início da votação em plenário.

No início da nota, Ulysses diz que recebeu o pedido em exposição oral do Presidente da Comissão, Afonso Arinos, e do Vice Brandão Monteiro, baseados em requerimento aprovado pelo plenário da Comissão, pedindo a prorrogação do prazo por 30 dias, a partir do dia 8. A decisão da Mesa da Constituinte foi fundamentada nos artigos 3º, inciso I, e 5º, inciso XVI, do Regimento da Constituinte.

Arinos impede que membros protestem

BRÁSILIA — Com uma decisão enérgica, o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, impediu, ontem à noite, protestos da Comissão contra o ofício do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recomendando mais trabalho à Comissão. Após ler a nota, ressaltando tratar-se de decisão da Mesa da Constituinte e não da Sistematização, Arinos deu um tapa na mesa, declarou encerrada a sessão e levantou-se imediatamente.

Minutos antes, a leitura do ofício havia sido interrompida pelo Líder do PTB, Deputado Gastone Righi.

— Estou me sentindo ofendido — disse ele, irritado.

— Mas não sou o ofensor e não admito interrupções. Continuo a ler a nota — redarguiu o Senador.

A sua intenção de evitar o acirramento dos ânimos ficou nitida ainda durante a sessão de votações, quando anunciou que tinha uma nota da Mesa da Constituinte para ler mas só o faria ao final da sessão. Quando os constituintes solicitaram a leitura imediata, não concordou:

— Não, não. Fica para o fim. Vocês vão ver por que fica para o final da sessão.

Enquanto constituintes reclamavam da nota ("Por que Ulysses não vem aqui votar para ver como é?"), indagava o Deputado Aldo Arantes, do PC do B) Arinos saiu pelos fundos do plenário, protegido por três seguranças da Câmara. Foi encontrar apoio somente na porta de saída, onde a Deputada Sandra Cavalcanti o esperava.

— Então, nosso subversivo, hein? — saudou Sandra, logo manifestando apoio à decisão.

Só restou ao líder do PTB reclamar com a imprensa:

— Amanhã quem for ler a notícia vai pensar que aqui só tem vadio e só a Mesa da Constituinte é quem trabalha direito.

Armadilha

A O TRATAR do direito de reunião, o texto do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização faz esta ressalva: "...somente cabendo aviso prévio à autoridade quando a reunião possa prejudicar o fluxo normal de pessoas ou veículos."

O VERBO "cabere", de definição ampla e vaga, torna o texto confuso. Ele não implica obrigação mas pertinência. A

autoridade só age se alertada — pois não é obrigada a tomar a iniciativa de manter o "fluxo normal" nas ruas, nem tampouco tem o dever de proteger as manifestações pacíficas. E recal sobre os ombros dos promotores de reuniões a responsabilidade de decisão técnica ligada a problemas de trânsito e policiamento.

MAIS UMA vez, o mau uso do idioma cria armadilhas para o futuro.

Regiões carentes não vão negociar reforma tributária

BRÁSILIA — Nove Deputados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na Constituinte comunicaram ontem ao Ministro-Chefe de Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que não negociam "um milímetro" do texto do projeto de Constituição que dispõe sobre a reforma tributária. Em documento entregue ao Ministro, os Deputados Albérico Cordeiro (PFL-AL), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Jofran Frejat (PFL-DF), Alécio Dias (PMDB-AC), Acácio de Borba (PDS-CE), Edme Tavares (PFL-PB), Siqueira Campos (PDC-GO), José Luiz Maia (PDS-PI) e Felipe Mendes (PDS-PI) sugerem a demissão do Secretário Geral do Ministério da Fazenda, Mailson Nóbrega, por ter publicado na revista "Veja" artigo condenando a mobilização dos parlamentares das três regiões — que, somados, têm 292 votos na Constituinte —, e afirmando que a reforma proposta "inviabiliza a União".

Albérico Cordeiro disse que Costa Couto foi informado de que, na Co-

missão de Sistematização, os parlamentares das três regiões já garantiram 44 votos a favor da reforma tributária, que destina substancial aumento de recursos para as regiões já no próximo ano.

O Deputado afirmou ao Ministro, conforme sua versão, que Mailson, como nordestino e homem da confiança do Presidente da República, não deveria assumir publicamente opinião contrária aos interesses nordestinos.

— Nada temos pessoalmente contra ele, mas ele não deveria permanecer no Governo — afirmou.

Os Deputados disseram ao Ministro que relacionaram quatro pontos polêmicos da Constituinte como abertos para a decisão pessoal de cada integrante na hora de votar: sistema de governo, anistia dos militares, mandato presidencial e reforma agrária.

Para Reale, houve avanço no capítulo dos direitos

SÃO PAULO — O trabalho desenvolvido até agora pela Comissão de Sistematização, no que se refere aos direitos individuais e coletivos, apresentou alguns avanços significativos e discussões sobre pontos pacíficos e já consagrados pelas últimas Constituições contemporâneas. A opinião foi dada ontem pelo jurista Miguel Reale.

Reale mostrou-se preocupado com a lentidão com que os trabalhos se desenvolvem, lembrando que foram votados apenas cinco artigos, faltando outros 50, nos quais se incluem questões que despertam grande polêmica. E deu como exemplos os itens relativos ao sistema de Governo e à intervenção do Estado na economia, além da estrutura do Poder Judiciário.

Segundo o jurista, a Comissão de Sistematização tem, se perdido, às vezes, em questões menores:

— Perde tempo em discussões sobre pontos pacíficos — alegou Reale, que considera boa parte dos dez parágrafos aprovados do artigo 6º, capítulo 1º, dos Direitos Individuais e Coletivos, como matéria pacífica. Ou seja, são itens que se acham presentes em todas as Constituições contemporâneas. Citou o parágrafo 3º, que prevê reuniões sem armas em locais abertos ao público, sem necessidade de autorização. Exige apenas aviso prévio à autoridade quando a reunião prejudicar o fluxo normal de

peçoas ou de veículos.

O jurista, que integrou a Comissão Afonso Arinos, considerou óbvio o parágrafo 47 ("Conceder-se-á mandado de injunção, observada a lei, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania do povo e à cidadania) e achou interessante o 46, "porque possibilita o controle do cumprimento da Constituição por parte da sociedade" (prevê que o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, por organizações sindicais, entidades de classe e outras associações legalmente constituídas, em funcionamento há pelo menos um ano, na defesa dos interesses de seus membros ou associados).

Quando ao parágrafo 48, o último dos dez aprovados, Miguel Reale lembrou que já havia dado o seu parecer favorável ao habeas data, quando participou da Comissão Afonso Arinos:

— Aliás, posso dizer que, neste caso, pouco se acrescentou ao texto daquela Comissão em que tomei parte — afirmou Reale, que destacou como avanços significativos no capítulo dos Direitos Individuais "a questão da tutela da imagem e o direito à informação verdadeira".

Evaristo acha que projeto é uma evolução

De um modo geral, o criminalista Evaristo de Moraes Filho considerou muito bom o primeiro capítulo da Constituição, já aprovado pela Comissão de Sistematização. Evaristo observou uma enorme evolução em relação à atual Carta e identificou em vários artigos a preocupação dos constituintes em criar mecanismos que "evitem a volta de algumas práticas e desmandos muito comuns durante os anos da ditadura militar".

Dentre esses mecanismos, Evaristo de Moraes Filho cita a proibição da prisão cautelar, a classificação da tortura como crime imprescritível, a identificação dos interrogadores pelos presos e a obrigatoriedade da comunicação imediata ao juiz e aos familiares do local onde o preso estiver detido. A única crítica feita pelo criminalista é a inclusão do advérbio somente no trecho que trata do habeas corpus. Segundo ele, a inclusão desta palavra dá margem a diversas interpretações.

Artistas estão gostando, diz Paulo Thiago

O Presidente da Associação Brasileira de Produtores Cinematográficos, Paulo Thiago, considera que, pelo menos até agora, os profissionais ligados a atividades artísticas estão satisfeitos com o anteprojeto da Constituição que está sendo analisado pela Comissão de Sistematização. Paulo Thiago elogiou o artigo que acaba com a censura e a mudança feita pela Comissão de Sistematização no parágrafo 2º, artigo 6º, do capítulo sobre os Direitos e Liberdades Fundamentais, que trata do direito autoral.

No substitutivo, o controle econômico sobre o direito autoral era de responsabilidade dos intérpretes e autores. A Comissão suprimiu esse trecho, restabelecendo para os produtores esse controle.

De acordo com o cineasta, o texto original representava a paralisação das produções cinematográficas e não trazia ganho algum para os autores e artistas em termos de direito autoral.